

NOVOS ELEMENTOS PARA UMA SOCIOLOGIA DOS CIENTISTAS SOCIAIS

A situação ocupacional dos egressos

Eugênio Carlos Ferreira Braga

Durante aproximadamente um ano (entre outubro de 2007 e agosto de 2008) realizei um longo processo de coleta de dados sobre as trajetórias profissionais de cientistas sociais e de economistas, selecionados aleatoriamente a partir de listas de egressos de quatro cursos do estado de São Paulo. Cada sorteado era localizado e contatado usando um procedimento padrão (por telefone ou e-mail), convidando-os a participar da pesquisa respondendo um questionário e o retornando anonimamente. O objetivo deste texto é simples: apresentar uma sistematização dos dados deste *survey* no que diz respeito ao conjunto dos cientistas sociais.¹ Antes, porém, mostro o contexto geral da pesquisa, passando por algumas minúcias metodológico-operacionais, e discorro sobre o

debate com o qual a pesquisa pretendeu contribuir ao adicionar substrato empírico. Além disso, com base em alguns estudos do início dos anos de 1990 foi possível fazer comparações entre resultados, principalmente naquilo que constituiu o centro deste trabalho de investigação: em que e onde trabalham os cientistas sociais? Quais os setores do mercado de trabalho são os mais “porosos” para esta formação?²

Para os cientistas sociais, que já costumam lançar um olhar introspectivo com maior frequência, os resultados e as análises aqui expostos servem menos para indicar um novo caminho, uma sociologia ao todo diferente, do que para repensar algumas partes já consolidadas como uma abordagem mais ampla, que chamo aqui de uma sociologia dos cientistas sociais. Tentarei trilhar parte desse caminho ao entrar, em seguida, no debate em torno da profissão e do mercado de trabalho dos cientistas sociais.

Artigo recebido em fevereiro/2009

Aprovado em fevereiro/2011

Questões de sociologia dos cientistas sociais

O ponto de partida reside nas questões que extrapolaram uma investigação anterior realizada com cientistas sociais atuantes no mercado da pesquisa (Braga, 2004): a posição profissional dos bacharéis em ciências sociais (cientistas sociais ou sociólogos são definições mais usuais), seu mercado de trabalho, os princípios internos de diferenciação entre os diplomados e os profissionais nas diferentes áreas de trabalho, a distribuição social do reconhecimento social entre essas áreas, a origem social dos ingressantes e dos diplomados, e a possibilidade de uma comparação com outras formações universitárias dentro e fora das humanidades. Estes seriam alguns aspectos para uma sociologia dos cientistas sociais, extensão do que se costuma considerar atividade das ciências sociais no Brasil, que não se limitaria a um estudo de sociologia dos intelectuais ou de sociologia da sociologia, com foco em grupos e corpos de conhecimentos da atividade no meio acadêmico.

Certamente aqui há uma questão operacional na definição de quem é cientista social “profissional”, já que se trata de um grupo ocupacional difuso, sem identidade única e coletiva no mercado de trabalho (mesmo depois de sua regulamentação, com a lei n. 6.888 de 1980 e o decreto 89.531 de 1984).³ Se, de um lado, as três disciplinas que hoje constituem as ciências sociais ganham, do ponto de vista acadêmico, contornos cada vez mais autônomos e independentes, de outro, fora deste âmbito científico, aparecem sem atribuições exclusivas e sem apelo para o mercado de trabalho. Optei por tomar como base o conjunto dos diplomados em cursos de ciências sociais, resolvendo o problema do atributo que interessava a investigação mas levantando outro, sobre a transição depois da diplomação até o ingresso como profissional da área.

Isto porque ficou claro, desde as primeiras definições da pesquisa, que seria preciso impor certos limites ao que poderia ser considerado atividade, atribuição ou trabalho do cientista social. O emprego em uma multinacional ou a realização de atividades rotineiras de escritório, por exemplo, destino de formados de todos os cursos superiores, resume-se, muitas vezes, a se encaixar em uma posição com objetivos e atribuições previamente definidos, in-

dependentemente da formação. Por outro lado, há também quem considere que ciência social só se faz na universidade, onde influências externas e pressões de “clientes” inexistem ou são insignificantes em face da autonomia e da independência do meio, ou ainda que a ciência social é uma atividade exclusivamente científica. No entanto, neste estudo de sociologia dos cientistas sociais, tratarei de questões que envolvem a formação desse potencial grupo ocupacional na convergência entre a transmissão dos conhecimentos em suas instituições credenciadoras e o mercado de trabalho para a ocupação e em geral.

Sobre este conjunto de temáticas (pensando as ciências sociais como profissão, ocupação, atividade, científica ou não, com seus requisitos de formação, demandas sociais e mercado de trabalho no Brasil), há um volume significativo de literatura, heterogênea em seu foco, marcos teóricos, ou mesmo em sua preocupação com a pesquisa empírica.⁴ O que farei em seguida é algo bem circunscrito, referindo-me a textos mais próximos de uma sociologia dos cientistas sociais, particularmente no que vejo como os principais pontos de comparação e desacordo.

De um modo geral, avança o número de trabalhos tematizando a profissão dos cientistas sociais, incluindo uma percepção das atividades não acadêmicas, dialogando com a sociologia das profissões e cada vez mais com suporte em pesquisas empíricas, mesmo considerando sua timidez ante outras áreas.⁵ Trata-se do reflexo de uma tendência geral que está por toda parte nesta subárea da sociologia: desintegrar a aura monolítica dos grupos profissionais, criada discursivamente pelas associações e pela elite dos grupos e teoricamente pela abordagem funcionalista – por exemplo, a “comunidade profissional” de William Goode onde todos os membros, inclusive a elite intelectual partilhava a mesma identidade, valores e padrões de conduta (Goode, 1957). Vistas de uma perspectiva mais abrangente, as profissões perdem parte dos benefícios elencados para a recuperação das associações profissionais no período pós-liberal, calcados nos argumentos de que subsistiria uma moral comum (Durkheim, 2004 [1902]), uma orientação para o bem coletivo, relações horizontais de controle mútuo e qualidade nos serviços.

Para a sociologia brasileira, há a questão de saber se essa diversidade interna é uma realidade atual

ou se sempre foi uma parte desprezada da reconstituição histórica e sociológica da disciplina. Isso porque a formação de “técnicos com competência administrativa” (bem próxima do que poderia ser descrita como coleta sistemática de dados objetivos) era um dos objetivos da Escola Livre de Sociologia e Política desde sua fundação em 1933 ou desde a fundação de USP em 1934, em função da competição por alunos (Limongi, 1989). E, de certa forma, é o que faz pensar a importância que Florestan Fernandes requeria que se desse à formação do “técnico” nas ciências sociais, ao lado do investigador e do professor, todos com forte embasamento teórico e metodológico. Pela forma como Fernandes comenta o assunto, deveria ser uma questão candente também nos anos de 1950, negligenciada pela comunidade intelectual (Fernandes, 1978, p. 22). Isso tudo sem contar a evidência mais básica: mesmo com a alta evasão nos cursos de graduação da área, as vagas para pós-graduação são significativamente menores e também apresentam taxas elevadas de evasão. Em outras palavras, existe (e parece que não é algo apenas recente) um número significativo de cientistas sociais formados que permanece invisível em função do modelo acadêmico da disciplina, em atividade em outros segmentos da profissão.

Se existem divisões com conteúdo significativo, há o potencial para uma distribuição desigual de recursos e recompensas – estratificações, em outros termos; mas ao longo de quais dimensões, gerando quais tipos de conflito? Estas são questões posteriores e que demandam – ao menos idealmente – investigações teóricas e empíricas. Para o nosso caso particular, outro passo é refletir como essas novas perspectivas de pensar a profissão poderiam impactar na formação dos novos cientistas sociais (facilitando a inserção no mercado ou revisando os currículos).

Desde 1966, pelo menos, percebe-se que a profissão de sociólogo (ou cientista social) abarca um campo mais amplo do que o estritamente universitário. Respondendo aos pontos que deram suporte ao veto presidencial à regulamentação da profissão, ainda nos anos de 1960, Evaristo de Moraes Filho (1966) reforça a importância dos sociólogos para a administração pública e mostra a presença de profissionais também em empresas de pesquisa e atuando como profissionais liberais. Há

inclusive referências a textos específicos sobre a temática profissional (Parsons, Hatt etc.), mas o artigo de Moraes Filho não é propriamente um texto de análise sociológica. Uma caracterização – breve, mas incisiva – do tipo de relação entre as áreas de atuação dos cientistas sociais demorou mais alguns anos para aparecer na literatura especializada (mesmo que em outra especialidade). Comentando um programa de televisão sobre o mercado de trabalho para sociólogos, Durand (1984) expõe sua percepção de uma diferenciação interna, de legitimidade, de valorização e de remuneração, resultado da ligação histórica da profissão com as classes médias e superiores que desprezaram questões ligadas à profissionalização. Pela posição central na socialização dos jovens recrutados, o magistério superior passava uma definição demasiadamente academicista da profissão, implicando numa atitude que beirava a hostilidade diante dos que trabalhavam em outras áreas, principalmente na pesquisa comercial. Por ser breve, no entanto, faltava a este comentário análise teórica e pesquisa empírica, que viriam com outros autores.

Em Marinho, o debate sobre a profissionalização está imbricado com uma apreensão da dinâmica interna dos grupos que compõem a profissão – essencialmente os sociólogos acadêmicos e os não acadêmicos – que acentuava o conflito (monopólio de um segmento, cisão profissional): os não acadêmicos “ficam divorciados da comunidade que produz o conhecimento e têm seu prestígio como sociólogos prejudicado” (Marinho, 1987, p. 230).

A cisão entre os dois grupos fez com que aparescessem interesses distintos diante da regulamentação da própria profissão na década de 1980: os acadêmicos eram contrários e os não acadêmicos, favoráveis, pois enquanto para os primeiros “a sociologia não é uma profissão como outra qualquer [...] ao contrário, define-se como uma ‘profissão acadêmica’” (*Idem*, p. 227) ou como “área de conhecimento”, para os segundos a regulamentação da profissão significaria uma “tentativa de delimitação de um ‘território profissional’ exclusivo, uma tentativa de monopolização de uma área de prestação de serviço dentro da burocracia estatal, de forma a que se garanta a contratação específica de sociólogos” (*Idem*, p. 228).

Com o texto de Marinho, o debate também ganha contornos teóricos mais nítidos. No entanto, a opção por “compatibilizar” as abordagens funcionalista (tentativas de decidir o que era profissão e o que era ocupação, baseadas nas etapas de profissionalização; a sociologia poderia ser classificada, portanto, como “ocupação em processo de profissionalização”) e neo-weberiana (profissões como tentativas – umas mais bem-sucedidas que outras – de monopolização de parte do mercado de trabalho e de bens e serviços, por meio do credencialismo; a sociologia seria uma profissão como outra qualquer, em busca de uma monopolização) faz com que seu argumento de que não existe área prática susceptível de ser monopolizada (e a regulamentação seria um equívoco) – e assim tem na “esfera acadêmica seu efetivo espaço” – penda para o lado funcionalista. Além disso, Marinho teve a desvantagem de escrever um ano antes do lançamento de um importante livro para a sociologia das profissões.

É indiscutível que o trabalho com mais impacto para este cruzamento de subáreas (convergindo profissões, cientistas sociais e Brasil) é a tese de doutorado de Bonelli (1993). Um de seus principais méritos foi justamente ajudar a introduzir e difundir no Brasil a abordagem sistêmica para a sociologia das profissões de Abbott (1988), que se tornou um marco na literatura. Os esquemas de profissionalização, nos quais uma ocupação avança por uma série de etapas⁶ garantindo monopólios e barreiras até se tornar uma profissão, é substituído por uma dinâmica entre e dentro das profissões, na qual as posições são constantemente ameaçadas ou novas oportunidades são abertas. Seguindo Bonelli, a lógica das ciências sociais só pode ser compreendida quando inserida na lógica do sistema profissional, no qual as áreas de fronteira estão em constante atrito (jornalismo, administração, educação, arquitetura, direito etc.), sem deixar de lado uma perspectiva histórica a respeito de sua constituição, mas também com uma dinâmica própria, resultante da interação entre os segmentos que a compõem em competição intraprofissional (pesquisa de mercado, participação no governo, em entidades sindicais etc.). A composição desses segmentos é outro mérito do trabalho de Bonelli: buscaram-se informações objetivas sobre a constituição do grupo ocupacio-

nal e apresenta-se um trabalho empírico qualitativo, em que alguns integrantes expuseram partes dos discursos correntes e de suas identidades. Por fim, o trabalho compara o caso norte-americano com o brasileiro, indicando similaridades entre os dois países que redimensionam aquilo que poderia ser considerado uma fragilidade da área no Brasil: a diversidade, quando analisadas as áreas de atuação dos profissionais, indicaria, ao contrário, que seu objetivo não se resume apenas à autorreprodução. Em resumo, o estudo de Bonelli abriu novas perspectivas para o escasso campo, sem as quais esta presente pesquisa não teria sido possível.

Mas entre o trabalho de Bonelli e minha pesquisa há mais complementaridade do que continuidade. Complementares porque desenvolvo algumas indicações presentes no texto de Bonelli relativas à segmentação, à hierarquização ou à estratificação da profissão – quando referências são feitas a “ocupações bem posicionadas na hierarquia interna da profissão” (Bonelli, 1993, p. 51), “hierarquia da área” (*Idem*, p. 56) e “nas posições privilegiadas da carreira, a participação masculina aparece sobre-representada” (*Idem*, p. 93) –, mas me baseio em dados provenientes de outras fontes. A “fotografia da categoria”, quantitativa, que vemos em Bonelli tem sua origem na tabulação das fichas de 1.988 filiados da Asesp (Associação Estadual de Sociólogos do Estado de São Paulo), complementados por dados dos filiados à SBPM (Sociedade Brasileira de Pesquisa de Mercado).⁷ Meus dados, ao contrário, foram coletados a partir de uma pesquisa empírica construída especialmente para este fim, junto àqueles diplomados de ciências sociais já mencionados. Compartilhamos, por outro lado, as limitações e a falta de representatividade ante o quadro nacional da profissão.⁸ A intenção de realizar uma investigação mais abrangente fez com que eu tivesse que tomar algumas decisões de pesquisa (que são também decisões teóricas) sobre o procedimento. E foi justamente o caso dos pesquisadores de mercado, que antecedeu esta pesquisa, que me alertou para alguns pontos distintos daqueles tratados por Bonelli.

Os tipos de abordagens para as pesquisas sociais empíricas (qualitativa e quantitativa) por si só implicam em diferentes escolhas. Mas a pesquisa qualitativa apresentada em Bonelli está organizada

em função de construções discursivas realizadas pelos entrevistados quanto à sua identificação como cientista social. A partir de um modelo genérico de palco e audiência, os entrevistados foram alocados nessas duas posições, e internamente em uma série de outras, de acordo com os “sentimentos de pertencer às ciências sociais” (*Idem*, p. 114). Não seria viável utilizar a mesma estratégia para o caso da presente pesquisa, em que se espera alcançar uma abrangência maior do que a exigida para contatos com maior profundidade.

Além disso, na pesquisa desenvolvida anteriormente, obtive fortes indícios para supor que o grupo de cientistas sociais atuantes no mercado da pesquisa, arranjado no palco da profissão, não tem uma identidade uniforme em face da profissão de cientista social ou sociólogo (vários não se consideram mais cientistas sociais ou o que fazem como parte das ciências sociais). Ao contrário, são perceptíveis conflitos éticos originados de um “sentimento de culpa” e de uma “sensação de vigilância” (nas relações com o meio acadêmico), além de tentativas privadas de justificação das escolhas profissionais que indicam posições desviantes, seguindo uma abordagem interacionista. Não seria, portanto, uma “denominação que reflete identidade profissional vinculada às ciências sociais” (*Idem*, p. 113) como a de pesquisador acadêmico.⁹ Minhas conclusões estariam mais próximas das de Durand.

Porém, mais do que isso, as identidades estão em constante construção e dependem dos contextos das interações de acordo com diferentes definições da situação – o que faz, por exemplo, que em alguns casos seja preferível utilizar uma “máscara social” de pesquisador em vez da de sociólogo. Em suma, não é a identidade ou o pertencimento à profissão tal como sentido pelos respondentes que permitirá definir a forma como serão agrupados analiticamente.

Evidentemente isso implica em escolher outra forma, correndo o risco da arbitrariedade. Para a análise dos dados, duas demarcações de fronteiras serviram como parâmetros (tênuas, mas ainda assim fronteiras). A primeira é entre as ciências sociais acadêmicas e as extra-acadêmicas, sendo que as duas incorporam atividades técnico-especializadas que a formação na área poderia ser pensada como

provável de qualificar e atividades que requerem conhecimentos sobre relações sociais e problemas sociais, sem considerar aquelas cuja qualificação envolva apenas os quatro anos a mais de escolaridade (exemplos: docência, pesquisa, assessoria, consultoria, editoria, quadro em órgãos públicos e privados e cargos políticos).

A outra fronteira é entre o que está dentro e o que está fora da área. Atividades administrativas, comerciais, no setor de serviços ou em outras profissões (como resultado ou não de outros cursos superiores) estão neste último grupo.¹⁰ De certo modo, por atuarem em outras áreas, esses cientistas sociais não poderiam ser vistos, até operacionalmente, como parte de uma lógica a qual não constituem, sendo bastante plausível que suas identidades tragam outros elementos combinados, que dizem respeito às atividades que exercem. Ou seja, a “audiência” não faz, para este trabalho, parte constitutiva do mundo das ciências sociais ou “parte indispensável ao funcionamento da profissão” (*Idem*, p. 110).

Isto porque há uma longa distância entre disputas jurisdicionais e disputas por vagas no mercado de trabalho. O fato de que muitos cientistas sociais estão, digamos, trabalhando como jornalistas não significa que exista uma ameaça a jurisdição do jornalismo. Para haver um conflito jurisdicional, seguindo Abbott, grupos profissionais devem estar disputando conceitualmente uma ligação com uma área da realidade ou do trabalho, que podem ou não se desenvolver até se tornarem disputas legais (Abbott, 1988). Nas palavras do autor: “As profissões buscam ampliação em competição, tomando para si áreas de trabalho, constituídas como ‘jurisdição’ por intermédio dos sistemas de conhecimento profissionais” ou “[...] constituição simbólica de tarefas em jurisdições construídas, identificadas [...]” (Abbott, 2005, p. 246). É nesse sentido que se pode dizer que não há competição jurisdicional quando cientistas sociais trabalham fora de sua área; ao contrário, por mais que desenvolvam pessoalmente sínteses entre ambas, não se questiona a legitimidade da outra área em abarcar, com seus conceitos e técnicas, aquela área do mundo do trabalho. E, internamente, a competição entre os segmentos, segundo Abbott, quando não se trata de novas áreas jurisdicionais em disputa, segue as linhas de diferenciação e estratificação; são

assim também disputas em torno do reconhecimento e pela distribuição do prestígio intraprofissional.

Assim, por exemplo, os dois representantes do que Bonelli incorpora como “negação” por não se autoposicionarem no “palco”, uma parte da “audiência” – um diretor de recursos humanos¹¹ e uma assessora parlamentar – seriam aqui incluídos como dentro da área. E cientistas sociais trabalhando como oficiais de justiça ou bancários, que lá estão no “palco”, aqui estariam fora da área. Com esta diferenciação acredito que se pode ganhar em capacidade analítica sobre a diversidade do campo de atuação para a profissão, mais do que considerar donas de casa como parte constitutiva da lógica da profissão. Por outro lado, atividades fora das ciências sociais possuem uma distribuição do reconhecimento entre seus segmentos talvez completamente diferentes, e assim fazem parte, talvez, de segmentos com posições privilegiadas na hierarquia interna de prestígio.

O trabalho de Miglievich (1999), resultado de um conjunto de textos e discussões, segue o debate, também desenvolvendo pesquisa empírica. Dessa vez com sociólogos que trabalham em instituições de pesquisa e planejamento no Rio de Janeiro (Fase, Ibase, Ibam e Senac), concluindo também na direção de uma “diferença” entre o grupo acadêmico e o não acadêmico, mais uma vez externalizadas por discursos que apontam suspeitas e críticas. A dissertação de Andrade (2002), mais descritiva, sem uma abordagem teórica própria da sociologia das profissões, serve para colocar em perspectiva o que podem ser características regionais da profissão de cientista social: na Bahia esteve sempre historicamente vinculada ao planejamento governamental – parte da estrutura universitária da área foi montada com a intenção de formar técnicos especializados –, o que fez com que a situação de redução nas contratações no Estado induzisse à diversidade de atuação, ao desemprego e ao refúgio no meio universitário.

A partir desta leitura particular, acredito que uma sociologia dos cientistas sociais no Brasil precisa responder, por meio da pesquisa empírica, às seguintes perguntas: Onde trabalham os cientistas sociais? Existe segmentação ou estratificação interna? Esta se relaciona com a origem social? Quem realiza as atividades mais desvalorizadas? Estes são

elementos que orientam na direção de uma análise da forma como o ensino superior (de acesso ampliado nos últimos quarenta anos) dinamiza os destinos sociais, abrindo oportunidades a indivíduos de todas as origens. Desse conjunto de questões, neste texto estão apenas os dados referentes ao perfil dos cientistas sociais, dividindo o espaço com uma descrição mais minuciosa do desenho da pesquisa. É deste último que trata a seção a seguir.

Da construção do objeto ao conjunto de dados

Definidos os sujeitos da pesquisa – graduados em ciências sociais em atividade no mercado de trabalho, dentro ou fora do âmbito acadêmico –, o primeiro passo propriamente operacional foi demarcar a extensão da pesquisa, espacial e temporalmente. A ideia inicial era a de obter listas de egressos e, depois de uma seleção aleatória, coletar dados por questionário a respeito de suas trajetórias profissionais. Apesar da opção por não extrapolar o estado de São Paulo, foi incluída uma certa diversidade de cursos com as cidades de São Paulo e Campinas, em instituições públicas e privadas: USP, Unicamp, PUC-Campinas e PUC-São Paulo. No que concerne à delimitação temporal, a possibilidade de realizar comparações entre períodos de diferente consolidação do sistema universitário e profissional do país fez com que fosse considerado um intervalo significativamente amplo, entre 1970 e 2005.¹² Seria possível, potencialmente, obter as trajetórias de egressos já aposentados e no início da vida profissional.

Minhas solicitações às instituições para conseguir as listagens de ex-alunos encontraram desde rápidas respostas até o completo silêncio. Nos casos em que as consegui, as listas me foram entregues de formas variadas: listas impressas, listas em arquivo eletrônico, livros publicados com informações com todos os ex-alunos, algumas apenas com os nomes, outras com o cadastro completo.

Trabalhar com as listagens (o primeiro passo para a amostragem) não foi tão simples quanto parecia, principalmente porque as mais antigas e impressas possuem alguns erros facilmente corrigidos hoje em dia, como nomes repetidos no mesmo ano ou em anos diferentes. Além dessas repetições, nas

mais antigas não se pode contar com as informações do cadastro, como endereço, e mesmo com o sobrenome (como foi o caso de algumas mulheres que se casaram ou divorciaram). Em suma, as listas precisaram ser digitadas (algumas delas), limpadas (retirados os erros, as duplas entradas) e os nomes dispostos de acordo com critérios semelhantes antes da seleção aleatória.¹³ Para o caso da Unicamp, onde os mesmos alunos podem obter diplomas em várias modalidades, optei por incluir o nome no ano da primeira diplomação, mesmo que o aluno ainda continuasse no curso (isso pode ter feito com que meus números sejam diferentes dos números institucionais de diplomas expedidos para os cursos em questão). Mais do que produzir um retrato comparativo sobre a produção de cientistas sociais nas instituições em questão, o número real de diplomados tem, para o tipo de pesquisa que desenvolvo aqui, papel fundamental no procedimento de ponderação da amostra, que mencionarei mais adiante. Os números consolidados para o universo de egressos nas instituições e nos anos selecionados estão dispostos na Tabela 1.

Como temos informação desde sua fundação até 2005, o curso de ciências sociais da Unicamp (primeiros formados em 1973) formou até aquele ano 1.341 pessoas,¹⁴ com crescimento progressivo em todas as décadas, inclusive nos últimos anos. Como os outros cursos foram fundados antes do intervalo da pesquisa, não temos aqui uma contagem de todos os ex-alunos, mas certamente temos incluídos uma parte mais do que significativa ou representativa. As células sombreadas na contagem da PUC-São Paulo mostram períodos que não foram incluídos porque não foram considerados confiáveis.¹⁵

Enquanto as listagens definitivas estavam sendo elaboradas e os contatos com as instituições realizados, preparou-se um questionário piloto, testado em um grupo de egressos selecionados apenas dentre os da Unicamp. Esse questionário foi pensado de modo a coletar dados a respeito de um conjunto de variáveis: informações sociodemográficas, dados adicionais sobre educação posterior à graduação, sobre a atividade profissional naquele momento (também a de seus pais em outro período do tempo e de cônjuges ou companheiros), uma descrição simplificada de toda sua trajetória no

mercado de trabalho e avaliações de prestígio, das ocupações – principalmente universitárias – e das subáreas da profissão para qual se formou. Apesar das mudanças no questionário inspiradas por este pré-teste, seu desenho geral continuou o mesmo.

O procedimento geral da pesquisa e a taxa de resposta que conseguiria obter também foram testados¹⁶ (como a listagem da Unicamp só fornecia o nome do egresso, sem qualquer informação sobre endereço, poderia se ter uma estimativa pessimista do trabalho da pesquisa pois eram estes os casos mais complicados para a localização): a partir da listagem, foram selecionados aleatoriamente 55 pessoas,¹⁷ a serem localizadas de inúmeras maneiras (lista telefônica *online*, buscadores na Internet, pelo telefone de parentes que constavam nas listas telefônicas, por e-mail) para convidá-las – sempre após falar pessoalmente com o selecionado – a participar voluntariamente da pesquisa. Neste contato telefônico ou eletrônico, a pesquisa era explicada para os respondentes, com ênfase em duas de suas características: sem custo e anônima. Aos respondentes que aceitavam participar era enviado um envelope contendo o questionário e um outro envelope endereçado e já selado para o retorno, e o valor deste selo permitia que enviassem a resposta sem precisar escrever o remetente. Dos 55 nomes selecionados para o pré-teste, apenas quatro não foram localizados.¹⁸ Foram enviados 43 questionários e retornaram 29 respostas, ou seja, uma taxa de resposta, entre enviados e respondidos, de 67,5%.

Assim, ponderando o andamento da localização e a dimensão total da coleta de dados para a fase principal da pesquisa, estabeleceu-se o número de 45 nomes a serem selecionados, por universidade e por década, para conseguir uma quantidade (trinta questionários) suficiente para realizar análises no nível das décadas. Os “estratos” com resposta abaixo de 30 seriam então ponderados até esse número e posteriormente ponderados para a representatividade numérica entre décadas e universidades. Consequentemente, os números totais da pesquisa, de pessoas a serem localizadas, encontram-se na Tabela 2.

O total de 630 pessoas a serem localizadas (apenas nas ciências sociais) impôs então um longo esforço de coleta de dados, frequentemente frustrante, e que fica muitas vezes escondido por trás

Tabela 1
Contagem dos Egressos, a partir dos Cadastros Recebidos pelas Instituições; sem Nomes Repetidos*

Curso/Universidade	Ciências Sociais			
	USP	Unicamp	PUC-Campinas	PUC-São Paulo
1970	49	–	–	14
1971	78	–	2	20
1972	88	–	2	14
1973	150	8	3	16
1974	95	31	57	19
1975	104	20	32	7
1976	64	40	7	16
1977	79	22	9	7
1978	83	23	6	9
1979	81	30	7	11
<i>1970s</i>	<i>871</i>	<i>174</i>	<i>125</i>	<i>133</i>
1980	74	29	13	
1981	63	36	8	
1982	68	32	–	
1983	49	28	1	
1984	68	26	8	
1985	58	39	8	
1986	59	51	14	
1987	46	51	15	
1988	46	32	10	
1989	56	29	14	
<i>1980s</i>	<i>587</i>	<i>353</i>	<i>91</i>	
1990	85	21	17	
1991	77	26	14	
1992	68	26	24	
1993	70	43	14	
1994	78	27	12	
1995	113	49	7	
1996	95	49	4	
1997	85	41	8	
1998	76	53	18	
1999	87	61	12	
<i>1990s</i>	<i>834</i>	<i>396</i>	<i>130</i>	
2000	76	51	15	57
2001	106	73	14	37
2002	89	62	12	46
2003	105	86	22	36
2004	114	65	24	25
2005	163	81	23	52
<i>2000s</i>	<i>653</i>	<i>418</i>	<i>110</i>	<i>253</i>
Total	<i>2.945</i>	<i>1.341</i>	<i>456</i>	<i>386</i>

*Nos casos de nomes repetidos, foi mantida a primeira aparição (exceto quando nomes considerados comuns com intervalos maiores de cinco anos).

Legenda: Traço (–) = sem formados ou curso inexistente. Células sombreadas = sem informação confiável.

das tabelas. O volume de pessoas (e a dificuldade de localização, principalmente para alguns egressos dos anos 2000 – sem telefone em seu nome e sem trabalho fixo que possibilitasse encontrar nas páginas da Internet) exigiu uma importante decisão para o desenho da pesquisa: não haveria substituições, ou seja, os casos de recusa, falecimento ou

impossibilidade de localização (por homônimos ou total falta de informação) não seriam trocados por outros nomes selecionados aleatoriamente.

Assim, do total de 630 cientistas sociais selecionados, 359 foram localizados e aceitaram receber o questionário, mais da metade, como se pode ver na Tabela 3. Esse número de questionários en-

Tabela 2
Desenho da Pesquisa: Estratos e Total de Egressos a Localizar

Curso/Universidade Décadas	Ciências Sociais				Total
	USP	Unicamp	PUC-Campinas	PUC-São Paulo	
1970	45	45	45	45	180
1980	45	45	45		135
1990	45	45	45		135
2000	45	45	45	45	180
Total	180	180	180	90	630

Legenda: Células sombreadas = sem informação confiável.

Tabela 3
Consolidação dos Resultados da Localização com Questionários Enviados e Retornados

Curso/Universidade Décadas		Ciências Sociais				Total
		USP	Unicamp	PUC-Campinas	PUC-São Paulo	
1970	Enviados	29	25	26	28	108
	Recusas e falecimentos (erros)	5	4	3	2 (2)*	16
	<i>Respostas</i>	19	19	13	19	70
1980	Enviados	31	26	23		80
	Recusas e falecimentos (erros)	1	2	2		5
	<i>Respostas</i>	23	15	16		54
1990	Enviados	28	32	18		78
	Recusas e falecimentos (erros)	1	1	1		3
	<i>Respostas</i>	18	21	9		48
2000	Enviados	30	26	19	18	93
	Recusas e falecimentos (erros)	2	1	1	2	6
	<i>Respostas</i>	20	16	11	11	58
Total Enviados/Respostas		118/80	109/71	86/49	46/30	359/230

*Entre parênteses: números de pessoas localizadas e que não se enquadravam no objeto da pesquisa (não eram diplomados).
Obs.: Número de respostas já incluem alterações necessárias devido à diferença de data de graduação que constavam nos cadastros e as informadas pelos respondentes (mantive as informações fornecidas pelos respondentes) em dois casos.
Legenda: Células sombreadas = sem informação confiável.

viados subdimensionam o processo de localização, pois não incluem recusas, falecimentos e contatos que não resultaram em envio de questionário (seja porque a pessoa não se decidia a participar ou porque não respondia e-mails). Em linhas gerais, acredito ter localizado aproximadamente dois terços da amostra de cientistas sociais.

Certamente que, pelo desenho e pelas condições em que a pesquisa foi realizada (localização por informações colhidas pela Internet, em buscadores e em listas telefônicas), poderia ser questionada uma sobrerrepresentação de pessoas com informação na Internet ou que possuam telefone em seu nome (características que podem indicar origem social entre classe média e alta ou graduados mais antigos), ou mesmo de acadêmicos, pois informações sobre esse subgrupo são mais facilmente coletadas nos currículos Lattes. Em parte essa crítica pode ser justa, mas a experiência da pesquisa não permite regras gerais: de um lado, os números de envio e resposta não decrescem uniformemente com o passar das décadas e, de outro, foram localizadas várias pessoas por intermédio de parentes após inúmeras ligações e tentativas, e foram obtidas recusas (até veementes) e contatos sem resposta de acadêmicos. Além da maior disponibilidade de informação, poderia ser argumentado que as motivações para a participação na pesquisa seriam consideravelmente maiores para os grupos mais valorizados da profissão. Nos contatos durante a pesquisa, incluindo a abordagem inicial por telefone e e-mail, ressaltava-se a necessidade da participação de

todos, a despeito de onde trabalhavam no momento, para retratar de modo mais completo possível o destino social dos diplomados (e o anonimato das respostas tinha o mesmo propósito). Em suma, acredito que a aleatoriedade da seleção inicial foi mantida também na localização e nas respostas.

Por fim, é preciso fazer referência à ponderação que utilizei para a análise das respostas. Os pesos foram elaborados para corrigir a diferença entre a amostra planejada e a amostra efetiva, além da representatividade proporcional nos “estratos” (quatro universidades e quatro décadas).¹⁹ A lógica da ponderação foi, portanto, de permitir extrapolar os limites da pesquisa e fazer inferências sobre o conjunto de cientistas sociais representados pela amostra, adequando as respostas à proporcionalidade do conjunto dos egressos.

Descrição da amostra

A comparação dos estratos que utilizei para a seleção dos respondentes ajuda a visualizar as consequências das ponderações. Estas fazem com que cada resposta adquira uma proporção semelhante à sua ocorrência nos cadastros. As diferenças entre a amostra sem e com a ponderação variam muito mais em relação ao perfil das universidades: isso porque a USP é a universidade que, entre as quatro, mais formou cientistas sociais, e os pesos relativos variam muito, com as particulares mais similares entre si.

Tabela 4
Comparação entre “Estratos” da Amostra sem e com Ponderação

Décadas	Sem Peso (em %)	Com Peso (em %)
1970	30,4	25,4
1980	23,5	20,1
1990	20,9	26,5
2000	25,2	28,0
Universidades	Sem peso (em %)	Com peso (em %)
USP	34,8	57,4
Unicamp	30,9	26,2
PUC-Campinas	21,3	8,9
PUC-São Paulo	13,0	7,5

Tabela 5
Distribuição da Idade dos Respondentes da Amostra, por Faixas

Faixas de Idade	(em %)	Correspondência com Décadas (considerando graduação aos 22 anos)
Entre 25 a 30 anos	18,1	Idade aproximada (em 2008) dos formados entre 2000 e 2005 – nascidos entre 1978 e 1983
Entre 31 e 40 anos	27,6	Idade aproximada (em 2008) dos formados entre 1990 e 1999 – nascidos entre 1968 e 1977
Entre 41 e 50 anos	23,3	Idade aproximada (em 2008) dos formados entre 1980 e 1989 – nascidos entre 1958 e 1967
Entre 51 a 60 anos	22,8	Idade aproximada (em 2008) dos formados entre 1970 e 1979 – nascidos entre 1948 e 1957
Mais de 61 anos	8,2	Idade aproximada dos nascidos antes de 1947
Total (n = 229)*	100,0	

* n = sem ponderação.

De alguma forma, as respostas para a variável idade deveriam, por sua vez, refletir em linhas gerais as divisões das décadas. Nesse sentido, o perfil da amostra revela esta consistência nos dados. As maiores diferenças residem nas duas faixas extremas – 18,1% de respondentes entre 25 e 30 anos e 28,0% diplomados entre 2000 e 2005, e uma faixa superior com 8,2% com mais de 61 anos – mas as porcentagens não chegam a surpreender.

Com a Tabela 6, sobre a cidade onde o respondente reside, é possível ter uma ideia da abrangência da pesquisa em termos geográficos. Apesar do foco em São Paulo e Campinas, mais de 10% residem fora do estado de São Paulo ou em outros países.

Tabela 6
Distribuição da Cidade em que Residem os Respondentes

Cidade onde Reside	(em %)
São Paulo – SP	57,6
Campinas – SP	17,0
Outras cidades do estado de São Paulo	14,6
Outras cidades de outros estados	9,8
Cidades em outros países	1,0
Total (n = 229)*	100,0

*n = sem ponderação.

As variáveis mais relevantes para as análises posteriores aparecem na sequência. São as distribuições relativas ao sexo, cor/raça dos respondentes, à sequência de sua educação e as referentes à sua origem social. No que diz respeito a sexo, a

amostra apresentou presença majoritária de mulheres, com 58,6%.

Tabela 7
Distribuição do Sexo dos Respondentes

Sexo	(em %)
Feminino	58,6
Masculino	41,4
Total (n = 230)*	100,0

*n = sem ponderação.

Em seguida temos a distribuição segundo cor e raça. Como se tratava de uma informação importante, tentei minimizar a possível falta de respostas incluindo duas questões no questionário. A primeira, uma questão aberta, tinha o seguinte enunciado: “qual você diria que é sua cor?”, e a segunda, apresentava as cinco categorias do IBGE como alternativas para resposta. Essa estratégia fez com que alguns casos de “brancos” e de “negros”, por extenso, passassem como “pardos” nas categorias. Nestes casos, optei por utilizar a segunda resposta.

Tabela 8
Auto-atribuição de Cor/Raça dos Respondentes

Cor/Raça	(em %)
Branco	84,7
Pardo	9,2
Negro ou preto	2,1
Amarelo	4,0
Total (n = 226)*	100,0

*n = sem ponderação.

Tabela 9
Respondentes que Cursaram outro Curso Superior

Dupla Graduação	(em %)*
Não cursou ou está cursando outro curso de graduação	72,9
Cursou ou está cursando Direito	11,5
Cursou ou está cursando outra graduação em: história, pedagogia, geografia, psicologia, administração, administração pública, letras, comunicação, jornalismo, veterinária, engenharia, arquitetura, publicidade, economia, estudos sociais	15,8

*A soma das porcentagens não é igual a 100% devido a um caso com cursos superiores dos dois grupos.

Tabela 10
Pós-graduação – Último Nível – Cursado (ou em Curso) pelos Respondentes

Pós-graduação	(em %)
Especialização	21,5
Mestrado	19,8
Doutorado	27,5
Cursaram apenas graduação	31,2
Total (n = 230)*	100,0

*n = sem ponderação.

As Tabelas 9 e 10 mostram outros títulos concluídos (ou ainda em curso) pelos respondentes, primeiro no que diz respeito a outras graduações e, depois, a pós-graduações. Dos 27,1% que fizeram outra graduação, 11,5% cursaram Direito, um número que quase se iguala à soma de todos os outros cursos, 15,8%. Mas apenas 31,2% dos respondentes encerravam sua trajetória acadêmica com graduações: a grande maioria frequentou pós-graduação, sendo que 27,5% concluiu ou ainda cursa doutorado.

A origem social está operacionalizada pela educação e ocupação dos pais. Percebe-se que, no conjunto, os pais apresentam níveis de escolaridade mais elevados do que as mães, o que, em parte, explica a distribuição de suas ocupações. No entanto, há também a barreira ocupacional (segmentação do mercado de trabalho, trabalho doméstico etc.) que faz com que, mesmo com graus semelhantes, existam mais homens do que mulheres em atividades compatíveis. Se, de um lado, há 57,4% de pais com pelo menos o nível secundário

completo e também 57,4% dos homens nas três categorias do topo da pirâmide ocupacional (profissões, empresários e funcionários públicos), no caso das mulheres, 51,4% delas com secundário revelam apenas 30,8% nas mesmas categorias ocupacionais.

Na Tabela 13 temos o cruzamento das informações ocupacionais dos pais com as décadas em que os respondentes se formaram. A principal tendência no perfil ocupacional dos pais dos respondentes é a inversão nas magnitudes das porcentagens de trabalhadores manuais e da “classe média”, indicando uma distribuição ainda mais acentuada na sua sobrerrepresentação dos estratos médios e superiores. No entanto, seria necessário balancear estes dados com a configuração geral da mão de obra brasileira ao longo das últimas décadas, o que extrapolaria os limites dessa pesquisa.

A seguir é apresentada a principal variável descritiva: a distribuição ocupacional dos egressos de ciências sociais. Este retrato utilizou, de um lado, uma categorização mínima das respostas, de modo

Tabela 11
Distribuição da Escolaridade dos Pais dos Respondentes

Origem social: Educação	Pai (em %)	Mãe (em %)
Analfabeto (ou nenhuma ou semialfabetizado ou apenas alfabetizado)	2,2	3,0
Ensino Fundamental incompleto (ou primário)	24,4	31,6
Ensino Fundamental completo (ou ginásio ou até 8ª série ou 1º grau) / Ensino Médio incompleto	16,0	14,0
Ensino Médio completo (ou secundário ou colegial) ou Técnico completo ou Curso Normal (ou Magistério) / Ensino Superior incompleto / Curso de contador / Ensino Básico	21,0	28,4
Ensino Superior completo	30,7	20,3
Pós-graduação (especialização, mestrado, doutorado etc.)	5,7	2,7
Total*	100,0 (n = 211)	100,0 (n = 212)

*n = sem ponderação.

Tabela 12
Distribuição da Ocupação dos Pais dos Respondentes*

Origem Social: Ocupação	Pai (em %)	Mãe (em %)
Profissões antigas, altos cargos políticos e empresariais	15,1	1,0
Proprietários urbanos	10,9	3,2
Classe média (profissões recentes e assalariados não manuais, funcionários públicos e professores)	31,4	26,6
Outras atividades não-manuais de rotina	7,0	2,1
Proprietários rurais	0,5	–
Trabalhadores manuais	31,9	8,6
Sem remuneração (dona de casa, voluntários)	–	57,5
Aposentados, pensionistas e desempregados	3,2	1,0
Total**	100,0 (n = 222)	100,0 (n = 226)

*Questão solicitava indicação da atividade do pai e da mãe quando o respondente tinha aproximadamente 15 anos; mais detalhes sobre as categorias ocupacionais utilizadas podem ser obtidos em contato com o autor.

**n = sem ponderação.

Tabela 13
Distribuição da Ocupação dos Pais dos Respondentes, por Décadas

Origem Social: Ocupação do Pai	1970 (em %)	1980 (em %)	1990 (em %)	2000 (em %)
Profissões antigas, altos cargos políticos e empresariais	13,9	21,6	13,4	13,1
Proprietários urbanos	7,3	11,1	13,8	11,4
Classe média (profissões recentes e assalariados não manuais, funcionários públicos e professores)	21,5	28,4	32,1	42,2
Outras atividades não-manuais de rotina	13,7	5,5	6,3	2,4
Proprietários rurais	–	2,3	–	–
Trabalhadores manuais	43,6	26,1	34,4	22,8
Sem remuneração (dona de casa, voluntários)	–	–	–	–
Aposentados, pensionistas e desempregados	–	5,0	–	8,1
Total*	100,0 (n = 67)	100,0 (n = 53)	100,0 (n = 46)	100,0 (n = 56)

*n = sem ponderação.

Tabela 14
Distribuição da Ocupação dos Respondentes*

Ocupação Atual	(em %)	Áreas	(em %)
Professores universitários	21,9	Ensino	27,4
Professores de ensino infantil, fundamental e médio	3,9		
Supervisores e coordenadores em escolas	0,9		
Cargos de direção em escolas e universidades	0,7		
Oficiais de justiça, técnicos judiciários	1,9	Área Pública	15,1
Técnicos especializados na área pública (sociólogos, técnicos sociais e educacionais, assessores, coordenadores de projetos, analistas, supervisores, arquivistas)	6,6		
Cargos públicos de direção (diretores, chefes de departamento)	1,3		
Assessores políticos ou parlamentares	1,0		
Funcionários públicos (em geral e auditores fiscais)	3,3		
Funcionários públicos (em cargos administrativos)	1,0	Pesquisadores/ Bolsistas	12,0
Bolsistas (iniciação científica, mestrado e doutorado)	4,5		
Pesquisadores de mercado, pesquisadores (área privada)	0,9		
Pesquisadores e assistentes (área pública e acadêmica)	5,7		
Pesquisadores e assistentes (Ongs e outras instituições sem fins lucrativos)	0,9	Outras Carreiras Fora da Área Pública	8,0
Cargos de direção (Ongs e outras instituições sem fins lucrativos)	1,6		
Outros cargos em empresas de pesquisa	0,7		
Técnicos especializados (consultores internos, analistas, gerentes, assessores, editores, antropólogos) e outros quadros em empresas	2,6		
Técnicos especializados em Ongs e outras instituições sem fins lucrativos	3,1	Consultores	3,6
Consultores em pesquisa de mercado	0,9		
Consultores (em geral e outros tipos de consultores)	2,7	Outras Profissões e Formações	12,6
Advogados e procuradores	6,8		
Jornalistas	0,9		
Psicanalistas e psicólogos	1,4		
Analistas de sistemas	0,8		
Tradutores	1,6	Empresários	5,5
Outros (redatores publicitários, administradores)	1,1		
Empresários, micro-empresários (em geral)	2,1		
Empresários-editores	1,2	Vendas, Serviços e Outras Atividades	8,5
Comerciantes	1,3		
Industriais	0,9		
Vendas (corretores, representantes comerciais)	2,0		
Secretárias (também bancários e agentes de viagens)	3,3	Aposentados, Desempregados e Outros	7,3
Serviços (receptionistas, auxiliares de atendimento, motoristas)	0,9		
Outras atividades não-manuais (terapeutas corporais, designer, produção cultural e artística, profissional autônomo)	2,3		
Aposentados	4,5	Outros	
Desempregados	1,8		
Outros (rentistas, pensionistas e voluntários)	1,0		
Total (n = 223)**	100,0	Total	100,0

*A categorização considera apenas a atividade considerada principal – a permanente ou a que fornecia maior renda, caso mais de uma tenha sido indicada. No caso de informações insuficientes, foram utilizadas outras respostas do questionário para a categorização (exemplo: professores, sem referência ao nível).

**n = sem ponderação.

a permitir que se visualize seus componentes e, de outro, categorias mais inclusivas, com as quais é possível configurar o mercado de trabalho para os cientistas sociais. Agregando algumas categorias por suas semelhanças, é possível discernir que o grupo universitário compreende mais de um quarto do total: no momento em que responderam a pesquisa (entre o final de 2007 e meados de 2008) 21,9% dos respondentes eram professores universitários e 4,5% eram bolsistas (excluídos aqui outros pesquisadores universitários).

Se considerarmos o grupo encarregado do ensino em seus vários níveis, a Tabela 14 mostra que este representa 27,4% do total, seguido dos atuantes na área pública com 15,1% e dos pesquisadores e bolsistas, com 12,0% (compreendidos aqui pela atividade em pesquisa, e não pelo tipo de instituição em que estão inseridos). Nesta tabela, estão agrupados como “outras profissões e formações”, “empresários” e “vendas, serviços e outras atividades” os que estão claramente trabalhando em áreas não relacionadas com a formação em ciências so-

ciais, mas pode-se perceber como uma categorização baseada em “dentro e fora da área” poderia também ser realizada dentro do grupo definido aqui como “área pública”.

Quando cruzamos os dados da ocupação com os das décadas, é possível precisar como as áreas evoluíram dentro da amostra: a participação da área de ensino tem seu máximo nos formados na década de 1990 (grande parte dos formados entre 2000 e 2005 ainda não teve tempo de concluir doutorado); a década de 2000 concentra os desempregados (nesta categoria na década de 1970 estão concentrados os aposentados) e os pesquisadores e bolsistas em formação; esta última década também apresenta significativa diferença superior para a ocupação em carreiras fora da área pública, mas também retoma uma participação dentro da área pública no nível da década de 1980, talvez como primeira inserção no mercado de trabalho. Apesar da queda nos formados da década de 1980, a ocupação em empregos que exigem níveis educacionais menores (vendas, serviços) mantém-se constante, em torno de 10%.

Tabela 15
Distribuição da Ocupação dos Respondentes, por Décadas

Décadas/Áreas	1970 (em %)	1980 (em %)	1990 (em %)	2000 (em %)	Total (em %)
Ensino	30,6	34,9	37,5	9,3	27,4
Área Pública	6,3	23,7	12,0	19,9	15,1
Pesquisadores/Bolsistas	–	5,0	10,0	29,4	12,0
Outras Carreiras fora da Área Pública	5,2	5,6	4,5	15,6	8,0
Consultores	5,0	7,8	–	3,0	3,6
Outras Profissões e Formações	16,1	7,4	21,2	4,7	12,6
Empresários	12,3	6,7	3,5	0,7	5,5
Vendas, Serviços e Outras Atividades	10,3	2,6	10,2	9,4	8,5
Aposentados, Desempregados e Outros	14,2	6,3	1,1	8,0	7,3
Total*	100,0 (n = 67)	100,0 (n = 52)	100,0 (n = 48)	100,0 (n = 56)	100,0 (n = 223)

*n = sem ponderação.

Comparações entre resultados

Mencionei no início deste texto que existem outras pesquisas sobre os cientistas sociais cujos resultados possibilitam comparações. O Quadro 1 sintetiza os pontos de contato. Há, no entanto, inúmeras diferenças entre as metodologias e, no caso da pesquisa de Werneck Vianna *et al.* (1994), a mais fundamental reside no fato de que incorpora apenas alunos matriculados, sendo que as taxas de evasão para o curso são tradicionalmente elevadas (naquele mesmo texto encontramos uma estimativa da evasão na UFRJ que aponta para taxas entre 50 a 65%, esta última entre 1982 e 1988). Assim, o grupo de estudantes pode ter perfil social bastante diferenciado dos egressos. Além disso, por se tratar de um esforço de pesquisa que se pretendia nacional, e meus dados estão limitados ao estado de São Paulo, todas as variações podem ser plenamente compatíveis. Com o estudo de Schwartzman (1995) a comparação é mais direta, apesar de que a parte de egressos engloba apenas formados nos dez anos anteriores àquela pesquisa.

Com a primeira destas pesquisas, as diferenças nos resultados são enormes, como se pode ver também pelo estado civil e pela idade média da amostra, no Quadro 1. Porém, mesmo dentro de estreitos limites comparativos, um dos argumentos dos autores não encontra sustentação nos dados aqui apresentados: uma democratização do acesso às ciências sociais estaria em processo e um novo perfil dos estudantes de graduação, com mais participação dos estratos inferiores, buscando, durante o curso, estratégias de mobilidade social por meio da profissionalização científica.

Aqui, no entanto, quando apresentados os dados sobre a ocupação dos pais ao longo das décadas em que os respondentes se formaram, o perfil parecia sobrerrepresentar ainda mais a parte superior das categorias ocupacionais (até a classe média). Pelo menos não houve diferença significativa na proporção de profissionais e de proprietários urbanos. Um limitante é que as categorias ocupacionais dos dois estudos são bastante diferentes (o que poderia explicar as porcentagens de pais trabalhadores manuais). Porém, o caso de São Paulo pode apontar para uma situação em que já houve mais aber-

tura para a participação de indivíduos de origem social modesta (ou pelo menos se manteve estável). Uma hipótese poderia ser levantada para explicar esse fato: como a maior parte da expansão das vagas no ensino superior nos últimos anos foi no ensino privado, e por isso não atingiu significativamente os cursos de ciências sociais, não seria descabido que, por uma redução das expectativas, indivíduos oriundos dos estratos inferiores optassem por cursos em que tanto o acesso seja garantido (e assim escolham escolas particulares) quanto com maiores perspectivas de emprego (e assim procuram carreiras com expectativas mais definidas). Novos dados e o acompanhamento das ações afirmativas (se os alunos chegarão a se formar) poderiam alterar o quadro, mas não se pode esquecer da hipótese de seletividade social durante o percurso entre o ingresso e a saída.

Além disso, as evidências com que o argumento busca se sustentar não são ideais: pelo cruzamento entre perfil familiar (em que instrução e ocupação dos pais são tratadas conjuntamente) e ano que o aluno está cursando (Werneck Vianna *et al.*, 1994, p. 448). Em outros termos, o intervalo de tempo considerado, por se tratar de uma pesquisa com alunos de graduação, é de apenas quatro anos. As indicações de tendência ficam fortemente baseadas em uma interpretação sobre como as ciências sociais se inserem na realidade brasileira. Mesmo dentro deste pequeno intervalo, os dados que mostram uma grande participação de formandos do perfil familiar com maior desvantagem social (técnicos e serviços sem 2º grau e trabalhadores manuais) também mostram que, entre os ingressantes, a participação de filhos de profissionais com curso superior – a maior vantagem social – é acrescida de quase 20%.

Outro importante argumento dos autores diz respeito ao ingresso tardio no curso de ciências sociais devido ao fato de que cursaram ou frequentaram outra graduação anteriormente. Os resultados sistematizados aqui indicam, ao contrário, que apenas 14,5% dos que concluíram outra graduação (não tenho dados sobre frequência sem conclusão) o fizeram antes. A grande maioria ou cursou pelo menos parte ao mesmo tempo ou depois, o que talvez indique que estratégias de mobilidade

Quadro 1
Comparação entre Pesquisas com Alunos ou Ex-alunos de Ciências Sociais

Pontos de Comparação	Werneck Vianna <i>et al.</i> (1994)	Schwartzman (1995)	Esta Pesquisa
Período de realização	1992-1993	1991	2007-2008
N	271 estudantes de graduação	414 (157 ingressantes em 1991 e 257 egressos entre 1980 e 1991)	230 egressos
Número de instituições	12 (<i>survey</i> “nacional”)	1 (USP)	4
Idade média	24,6	–	43,5
Solteiros	82,9%	–	32,4%
Mulheres	50,9%	53,1% entre ingressantes e 62,7% entre egressos	58,6%
Negros e pardos	20,0%	–	11,3%
Dupla graduação	Ingresso tardio pela passagem por outros cursos antes: 39,1% frequentou outro curso (9,2% já formados)	18,3% dos egressos possuíam outro diploma	27,1% cursou ou está cursando outra graduação; destes 14,5% o fizeram antes, 51,5% depois e 34% pelo menos parte ao mesmo tempo
Pós-graduação	–	32% dos egressos iniciaram algum tipo de pós (sem considerar matriculados na pós em sociologia USP)	68,8%
Pai com nível superior	35,1%	40% entre ingressantes e 46,3% entre egressos	36,4%
Pai trabalhador manual	12,3% (operários, trabalhadores não qualificados)	–	31,9%

mais “eficientes” para os estratos inferiores (ou de manutenção de *status* para os estratos superiores) se encontram, alternativamente, em outras profissões ou formações. Em todo caso, a alta porcentagem encontrada de pessoas que cursaram alguma pós-graduação (em várias áreas) é compatível com qualquer um dos dois argumentos.

No que concerne à pesquisa de Schwartzman (1995), as diferenças nos resultados são menores, visto que compartilham em parte a análise da trajetória profissional de egressos. As maiores diferenças nos resultados residem na tabulação da ocupação atual, que está apresentada no Quadro 2 para facilitar as comparações, no qual também comparo com as principais categorias da tabulação apresentada por Bonelli (1993). Mais uma vez é preciso ressaltar as diferenças nas categorizações utilizadas, nas fontes de informação (fichas de associados e egressos) e o limite de tempo em que os egressos foram considerados.

Não existem discrepâncias muito acentuadas devido à dispersão dos cientistas sociais em vários setores ou áreas. Mas o peso relativo das atividades na configuração geral do mercado de trabalho é consideravelmente alterado dependendo da pesquisa. Em Bonelli (até pela natureza da fonte de informação) encontramos muitos sem ocupação, um grupo de ensino equilibrado entre universitários e professores de 1º e 2º grau, uma categoria geral de sociólogos (7,0%), apenas 3% de bolsistas e uma grande dispersão de atividades com proporções entre 0,1% e 2%. Em Schwartzman, os professores universitários estão em menor proporção (9,5%), mas o mais importante é que não representam a maior fatia da profissão, que está localizada no serviço técnico-profissional e nos institutos de pesquisa. Isso pode ser reflexo da condição de “em formação” dos egressos mais recentes já que os dados não incluíram aqueles que realizavam pós-graduação em sociologia na USP.

De acordo com os dados sistematizados aqui, o ensino é a principal área de atividade dos cientistas sociais, sendo que os professores universitários estão em proporção bem superior aos de 1º e 2º graus. Além disso, a proporção de 12,0% de bolsistas (29,4% para a década de 2000) representa a consistência na reprodução da área de ensino. Mas os dados estão longe de indicar a exclusividade do segmento universitário. Tanto na área pública (excluído o ensino) como fora desta, existem proporções significativas de cientistas sociais. Aqui, a menor taxa de desemprego encontra-se entre as três pesquisas convive com delimitações mais precisas das áreas que só muito forçosamente poderiam ser consideradas como dentro das ciências sociais nos dois extremos da classificação ocupacional para profissões não manuais (em vendas/serviços e em outras profissões), compreendendo pelo menos 23% dos egressos (sem contar os desempregados) no que podem ser estratégias de sobrevivência ou de independência financeira que os empurram para fora dos limites da profissão, disputando recompensas e prestígio em outras arenas.

Em linhas gerais, o desenho do *survey* com egressos aqui apresentado forneceu um conjunto de evidências empíricas atualizadas para uma perspectiva mais ampla da profissão ao tomar a situação ocupacional dos cientistas sociais como objeto de investigação. Em seus resultados, é possível encontrar tanto a diversidade de atuação como o modelo acadêmico, perfis delineados por outros estudos. Mais do que isso, esta peça descritiva e comparativa, no entanto, abriu o caminho (principalmente pelo fato de que o instrumento foi pensado com este propósito) para, nas etapas seguintes, relacionar esse retrato da profissão (aliado à origem social dos cientistas sociais) com os diferenciais de valorização nos segmentos profissionais, tal como indicados pelos próprios respondentes, em uma análise da composição social das posições ocupacionais. No entanto, por si só, esse perfil dos egressos também pode servir para apresentar – ou retomar – questões teóricas e práticas sobre as quais os pesquisadores e o conjunto da profissão ainda precisam se debruçar.

Quadro 2
Comparação entre Categorias na Ocupação Atual dos Cientistas Sociais*

Bonelli (1993)	Schwartzman (1995)	Esta Pesquisa
<i>Filiados à ASEP em 1990 (1988 fichas)</i>	<i>Egressos formados entre 1980 e 1991 (257)</i>	<i>Egressos entre 1970 e 2005 (230)</i>
Subgrupos Ocupacionais (em %)	Setor de Atividade (em %)	Ocupação Atual (em %)
Professor universitário: 13,3	Professor universitário: 7,76	Professores universitários: 21,9
Professor de 1º e 2º graus: 9,6	Professor em instituição isolada de ensino superior: 1,72	Professores de ensino infantil, fundamental e médio: 3,9
Sociólogos (sem especificação): 7,0	Serviço técnico-profissional: 14,22	Técnicos especializados na área pública: 6,6
Assistentes, analistas e técnicos: 5,7	Ensino de segundo grau: 8,19	Assessores políticos ou parlamentares: 1,0
Pesquisadores acadêmicos e pós-graduandos: 3,0	Ensino particular: 2,16	Técnicos especializados e outros quadros em empresas: 2,6
Funções burocráticas e de escritório: 3,0	Instituto de pesquisa: 11,64	Desempregados: 1,8
Chefia intermediária nas atividades técnicas de C. Sociais (consultores, supervisores etc.): 2,1	Serviço de utilidade pública: 8,19	Áreas (em %)
Ocupações auxiliares de C. Sociais, Estatística e Análise de Sistema (codificador, estagiário): 1,7	Comunicações de massa: 7,33	Ensino: 27,4
Deputado, diretores, chefes superiores, assessores de políticos e de diretoria da adm. pública: 1,3	Produção artística e cultural: 6,90	Área pública: 15,1
Sem ocupação: 15,0	Serviços de assistência à comunidade: 3,88	Pesquisadores e bolsistas: 12,0
	Desempregados: 4,3**	Outras profissões e formações: 12,6
		Outras carreiras fora da área pública: 8,0
		Vendas, serviços e outras atividades: 8,5

*Nem todas as categorias listadas nos estudos citados estão inseridas neste quadro; **Dado extraído de Schwartzman (1992).
Fonte: Bonelli (1993, pp. 47-48) e Schwartzman (1995, p. 75).

Notas

- 1 Agradeço às pessoas que aceitaram participar da pesquisa e às que contribuíram de inúmeras maneiras para sua execução. Agradeço especialmente a Tom Dwyer, meu orientador.
- 2 Por conta do espaço restrito, este artigo se ocupará apenas da descrição dos dados relativos aos cientistas sociais. As análises de composição dos segmentos ocupacionais, das trajetórias profissionais, a comparação com os economistas e um maior detalhamento do *survey* estão disponíveis em Braga (2009).
- 3 Há também a questão de saber se “cientista social” é ou não uma profissão, ou se teríamos que nos referir apenas ao “sociólogo” como profissional correspondente à formação em ciências sociais. Mas, no caso desta pesquisa, cuja construção do universo foi delimitada por diplomados em ciências sociais, esta questão perde importância. Além disso, corria-se o risco de reduzir desnecessariamente o universo de pesquisa e enviesar os resultados, restringindo-se apenas aos registrados ou sindicalizados.
- 4 Neste artigo, detenho-me nas discussões sobre o mercado de trabalho ou sobre a profissão de cientista social apenas no Brasil.
- 5 Tomei conhecimento, durante meu trabalho de pesquisa, de várias monografias de graduação e dissertações de mestrado sobre o assunto, mas que não alteram a leitura mais ampla do debate aqui proposta.
- 6 Uma sequência de etapas desse tipo incluiria, tipicamente, tornar-se uma atividade em tempo integral, passar a ser treinada em escolas, formar uma associação profissional, conseguir proteção do Estado e formalizar código de ética (Wilensky, 1964).
- 7 A título de comparação, parte dos dados da Asesp sistematizados em Bonelli (1993) está disposta no Quadro 2, no fim deste texto. Em relação aos dados da SBPM, meus dados permitem uma comparação limitada. Em 1989, pela análise de Bonelli havia 27% de cientistas sociais entre os sócios da SBPM e, em 2004, encontrei 8,9% de cientistas sociais entre os profissionais de nível superior nas empresas de pesquisa, mas tomei como base para a pesquisa a filiação a outra associação da categoria, a Abep (Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa).
- 8 Como exemplo, nas instituições que pesquisei, o universo de concluintes em ciências sociais para o ano de 1979 foi de 129 formados, enquanto nacionalmente foram 1.986 concluintes. Dados nacionais até 1987 estão em Bonelli (1993).
- 9 Uma das entrevistas coletadas com uma pesquisadora de mercado transcrita em parte em Bonelli (1993, p. 193) vai na direção das minhas entrevistas (pelo ano em que se formou, 1968, sei que não era parte do grupo que entrevistei para a minha pesquisa): sentimento de culpa, acusação, desvalorização da atividade – “se prostituiu no mercado”.
- 10 Não quero com isso dizer que os cientistas sociais que não desenvolvem atividade na área não sejam cientistas sociais. Pela lógica do sistema credencialista de educação, sem obrigatoriedade de registro profissional neste caso, apenas o diploma é suficiente.
- 11 Por ser uma atividade em que potencialmente poderiam ser utilizadas as qualificações de um cientista social (além do fato de que muitos formados a têm como campo de trabalho), mesmo que as ciências sociais não disputem essa jurisdição com a psicologia e a administração.
- 12 Como parte da pesquisa empírica foi realizada na primeira metade de 2007, o intervalo até 2005 foi considerado suficiente para que houvesse uma trajetória, mesmo que curta, de ingresso no mundo do trabalho.
- 13 Só para constar, o critério foi o seguinte: grupo de alunos de cada semestre (quando houvesse) de cada ano em ordem alfabética, desconsiderando se o curso foi diurno ou noturno.
- 14 Na listagem dos egressos da Unicamp (com maior número de repetições) havia 1.379 entradas no período diurno e 362 no noturno.
- 15 A partir de meados da década de 1980, os números de formados mostravam forte aumento (por exemplo, em 1984, 18 formados em ciências sociais e 136 em economia; em 1987, 268 em ciências sociais e 728 em economia). Obtive outras listagens, mas apenas para formados a partir de 1995, que indicavam números mais realistas.
- 16 Mesmo sabendo que o fator “universidade” (já que eu compartilhava o vínculo “Unicamp” com os egressos do pré-teste) poderia sobrevalorizar meus resultados da taxa de resposta.
- 17 Utilizei o comando *Select cases/random sample of cases* no SPSS para obter uma seleção aleatória de 4% do meu universo.
- 18 Incluídos nos localizados três casos em que obtive a ajuda da Diretoria Acadêmica (DAC) da Unicamp.
- 19 Mais detalhes sobre a ponderação podem ser obtidos em contato com o autor.

BIBLIOGRAFIA

- ABBOTT, A. (1988), *The system of professions: an essay on the division of expert labor*. Chicago, The University of Chicago Press.
- _____. (2005), "Linked ecologies: states and universities as environments for professions", *Sociological Theory*, 23 (3): 245-274.
- ANDRADE, M. A. B. de. (2002), *A inserção dos cientistas sociais no mercado de trabalho na Bahia*. Salvador, dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, UFBA.
- BONELLI, M. da G. (1993), *Identidade profissional e mercado de trabalho dos cientistas sociais: as ciências sociais no sistema das profissões*. Campinas, tese de doutorado em Ciências Sociais, IFCH/Unicamp.
- BRAGA, E. C. F. (2004), *Ciências Sociais e o mercado da pesquisa: questões de sociologia dos cientistas sociais*. Campinas, dissertação de mestrado em Sociologia, IFCH/Unicamp.
- _____. (2009), *Composição e posições ocupacionais para outra sociologia dos cientistas sociais*. Campinas, tese de doutorado em Ciências Sociais, IFCH/Unicamp.
- DURAND, J. C. (1984), "A mal-assumida profissão de sociólogo". *Revista de Administração de Empresas*, 24 (3): 76-78.
- DURKHEIM, E. (2004 [1902]), *Da divisão do trabalho social*. 2 ed. São Paulo, Martins Fontes.
- FERNANDES, F. (1957), *A condição de sociólogo*. São Paulo, Hucitec.
- GOODE, W. J. (1957), "Community within a community: the professions". *American Sociological Review*, 22 (2): 194-200.
- LIMONGI, F. (1989), "A Escola Livre de Sociologia e Política em São Paulo", in S. Miceli (org.), *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo, Vértice/Idesp, vol. 1.
- MARINHO, M. J. M. da C. (1987), "A profissionalização da sociologia no Brasil". *Dados*, 30 (2): 223-233.
- MIGLIEVICH, A. (1999), "O sociólogo nos anos 90: uma profissão em redefinição?". Texto apresentado no X Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia, Porto Alegre. Disponível em <<http://www.sociologos.org.br/textos/sociol/mercado2.htm>>.
- MORAES FILHO, E. de. (1966), "Regulamentação da profissão de sociólogo". *Síntese Política Econômica Social*, 8 (31): 50-79.
- SCHWARTZMAN, S. (1992), "Carreiras universitárias na USP". Disponível em <<http://www.schwartzman.org.br/simon/pdf/carusp.pdf>>.
- SCHWARTZMAN, S. (1995), "Os estudantes de ciências sociais", in E. G. da F. Pessanha e G. Villas Bôas, *Ciências sociais: ensino e pesquisa na graduação*, Rio de Janeiro, J. C. Editora.
- SCHWARTZMAN, S. & CASTRO, M. H. M. (1991), "A trajetória acadêmica e profissional dos alunos da USP". Documento de trabalho, Nupes/USP, 2/91.
- WERNECK VIANNA, L.; CARVALHO, M. A. R. de & MELO, M. P. C. (1994), "Cientistas sociais e vida pública: o estudante de graduação em ciências sociais". *Dados*, 37 (3): 351-529.
- WILENSKY, H. L. (1964), "The professionalization of everyone?". *The American Journal of Sociology*, 70 (2): 137-158.

NOVOS ELEMENTOS PARA UMA SOCIOLOGIA DOS CIENTISTAS SOCIAIS: A SITUAÇÃO OCUPACIONAL DOS EGRESSOS

Eugênio Carlos Ferreira Braga

Palavras-chave: Sociologia das profissões; Cientistas sociais; Mercado de trabalho; Egressos.

O texto apresenta um perfil dos graduados em ciências sociais realizado a partir de um *survey* com egressos de quatro cursos do estado de São Paulo (USP, Unicamp, PUC-Campinas e PUC-São Paulo). Ao rever teorias e pesquisas sobre o assunto, são indicados os principais trabalhos relativos a uma sociologia dos cientistas sociais, as principais questões que nortearam esta investigação e alguns pontos comparativos. O foco do artigo reside nas informações ocupacionais, mas também são apresentadas variáveis socio-demográficas gerais e relacionadas com a origem social, que em último caso dizem respeito às mudanças de recrutamento e seletividade sociais ocorridas ao longo dos últimos 35 anos. Os dados mostram que mesmo sendo o segmento universitário o que concentra a maior proporção de cientistas sociais graduados, existe uma diversidade de inserções ocupacionais, principalmente na área pública e na pesquisa extrauniversitária.

NEW ELEMENTS FOR A SOCIOLOGY OF SOCIAL SCIENTISTS: THE CURRENT WORK SITUATION OF GRADUATES

Eugênio Carlos Ferreira Braga

Keywords: Sociology of professions; Social scientists; Labor market; Alumni.

The article presents a profile of social sciences graduates based on a survey with four universities' alumni in São Paulo state (USP, Unicamp, PUC Campinas, and PUC São Paulo). Reviewing the related literature, central works near a sociology of social scientists, pivotal questions that steered this research and some points of comparison are indicated. The focus here lays on occupational data, but the research also looks into general demographic and social background variables as a way to explore social recruitment and selectivity changes in the past 35 years. Data shows that even though the university segment may be the labor market sector that concentrates social scientists, a diversity of occupational placements exists, mainly in the public area and extra-academic research.

NOUVEAUX ÉLÉMENTS POUR UNE SOCIOLOGIE DES CHERCHEURS EN SCIENCES SOCIALES: LA CONDITION OCCUPATIONNELLE DES DIPLÔMÉS

Eugênio Carlos Ferreira Braga

Mots-clés: Sociologie des professions; Chercheurs en Sciences Sociales; Marché du travail; Diplômés.

Le travail présente un profil des diplômés en sciences sociales. Il a été préparé à partir d'un sondage auprès de diplômés de quatre universités de l'État de São Paulo (USP, Unicamp, Campinas et PUC-São Paulo-PUC). Après avoir abordé les théories et les recherches sur le sujet, l'article indique les principaux travaux relatifs à une sociologie des chercheurs en sciences sociales, les principales questions qui guident cette recherche et quelques points de comparaison. L'article est centré sur les informations occupationnelles, mais présente également des variables socio-démographiques générales liées à l'origine sociale qui, au bout du compte, se rapportent aux changements de recrutement et de sélection sociale qui a eu lieu au cours des 35 dernières années. Les données montrent que même si le segment universitaire concentre la plus forte proportion de cadres supérieurs en sciences sociales, il existe une diversité d'insertions professionnelles, principalement dans le domaine public et dans la recherche extra-universitaire.